



Ex-tesoureiro do PP é alvo de nova fase da operação “lava jato”

Com foco no ex-tesoureiro do PP João Cláudio Genu, a Polícia Federal iniciou na manhã desta segunda-feira (23/5) a 29ª fase da “lava jato”. Além da prisão preventiva de Genu, agentes da corporação cumprem seis mandados de busca e apreensão e dois mandados de prisão temporária em Brasília, Rio de Janeiro e Recife.

Os mandados foram expedidos pela 13ª Vara Federal de Curitiba em investigação de crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva e ativa envolvendo verbas desviadas da Petrobras.

Genu foi assessor do ex-deputado federal José Janene e tesoureiro informal do PP. Juntamente com Janene ele foi denunciado na Ação Penal 470, o processo do mensalão, acusado de sacar R\$ 1,1 milhão em espécie das contas da empresa SMP&B Comunicação, controlada pelo publicitário Marcos Valério, para repassar a parlamentares federais do PP.

O assessor foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal por corrupção e lavagem de dinheiro, mas houve prescrição quanto ao primeiro crime e, com relação ao segundo, ele foi posteriormente absolvido no julgamento de embargos infringentes.

De acordo com a representação da PF e o parecer do Ministério Público Federal que embasaram a decisão da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, os delatores Alberto Youssef, Carlos Rocha e Fernando Baiano apontaram Genu como um dos beneficiários da propina por intermédio de recebimento de valores em espécie.

O ex-assessor seria responsável por receber valores em espécie e repassá-los ao ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa. Além disso, Genu seria o beneficiário de até 5% da propina que era paga em razão dos contratos firmados com a Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

Como provas de corroboração desses depoimentos, foram apresentados registros de entrada no escritório de Youssef, anotações do nome de Genu e de outra pessoa que lhe ajudava no recolhimento de propinas na contabilidade informal do doleiro e do Posto da Torre de Brasília, compras de bens com dinheiro em espécie, além de inúmeras mensagens de comunicações instantâneas de celular que comprovam os recebimentos.

Ao decretar a prisão preventiva de Genu, o juiz federal Sergio Moro criticou o fato de ele continuar a participar do esquema de corrupção na petrolífera enquanto estava sendo julgado pelo STF.

Além da prisão preventiva do ex-assessor da Câmara, foi decretada a prisão temporária de um empresário suspeito de pagar propina a Paulo Roberto Costa e Genu para a obtenção de um contrato para a construção de um terminal no Rio Amazonas. Também são alvos das medidas nesta segunda outras pessoas identificadas como emissárias que atuavam dentro do esquema.



Na “lava jato”, Genu já havia sido alvo de busca e apreensão na determinada pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria-Geral da República, em julho de 2015. *Com informações da Agência Brasil e da Assessoria de Imprensa do MPF.*

Date Created

23/05/2016